

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de junho de 2026

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	14
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	15
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	16
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL	17
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	20
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	20
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	21
20 RESULTADO FINANCEIRO	21
21 SEGUROS DE RISCOS	21
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	22

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2026
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	224.924	276.492
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		159	155
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	92.882	76.875
Adiantamentos a Pessoal	7	44.424	26.951
Demais Contas a Receber		551	693
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	26.557	30.150
Importação em Andamento		392	1.264
Despesas Pagas Antecipadamente		305	1.035
		390.194	413.615
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.749	1.733
Imobilizado	9	979.146	961.814
Intangível	10	1.235	1.391
		982.130	964.938
Total do Ativo		1.372.324	1.378.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2026
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	11	31.660	33.929
Obrigações Tributárias e Sociais	12	83.427	107.937
Obrigações com Pessoal	13	90.693	103.873
Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal	14	335.414	275.958
Outras Obrigações		9.562	11.320
		550.756	533.017
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		40.053	47.049
Contingências Passivas	14	860.837	854.348
		900.890	901.397
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	15	1.317.784	1.293.468
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		15.701	24.316
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(21.283)	(20.893)
Prejuízos Acumulados		(1.391.524)	(1.352.752)
		(79.322)	(55.861)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.372.324	1.378.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado

		Período de 01/04/2026 a 30/06/2026	Período de 01/04/2025 a 30/06/2025	Período de 01/01/2026 a 30/06/2026	Período de 01/01/2025 a 30/06/2025
	<u>Nota</u>				
Receita Operacional Bruta		92.660	87.494	183.672	174.858
Serviços Prestados		92.660	87.494	183.672	174.858
Deduções Da Receita Bruta		(776)	(807)	(1.628)	(1.601)
PIS sobre Faturamento		(138)	(144)	(290)	(285)
COFINS sobre Faturamento		(638)	(663)	(1.338)	(1.316)
Receita Operacional Líquida	16	91.884	86.687	182.044	173.257
Custos Dos Serviços	17	(547.635)	(515.449)	(1.047.698)	(982.168)
Resultado Operacional Bruto		(455.751)	(428.762)	(865.654)	(808.911)
Despesas Operacionais		(79.474)	(104.332)	(174.490)	(199.794)
Despesas Administrativas	17	(88.517)	(82.332)	(168.001)	(160.457)
Provisão para Contingências	17	9.043	(22.000)	(6.489)	(39.337)
Outras Receitas e Despesas	19	7.627	7.847	15.564	11.964
Receitas		8.471	10.345	18.141	16.000
Despesas		(792)	(2.473)	(1.898)	(3.347)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(52)	(25)	(679)	(689)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(527.598)	(525.247)	(1.024.580)	(996.741)
Resultado Financeiro	20	2.192	819	4.539	1.123
Despesas Financeiras		(119)	(887)	(301)	(2.213)
Receitas Financeiras		2.311	1.706	4.840	3.336
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(525.406)	(524.428)	(1.020.041)	(995.618)
Subvenções do Tesouro Nacional		486.469	452.499	989.622	930.599
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(13.184)	(3.283)	(23.307)	(4.902)
Reversões e Repasses Concedidos		14.121	10.964	14.564	11.016
Resultado do Período		(38.000)	(64.248)	(39.162)	(58.905)

Demonstrações do Resultado Abrangente

		Período de 01/04/2026 a 30/06/2026	Período de 01/04/2025 a 30/06/2025	Período de 01/01/2026 a 30/06/2026	Período de 01/01/2025 a 30/06/2025
Resultado do Período		(38.000)	(64.248)	(39.162)	(58.905)
Realização da Avaliação Patrimonial	15	195	195	390	390
Reversão de Menos Valia		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período		(37.805)	(64.053)	(38.772)	(58.515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.284.791	8.813	(20.113)	(1.262.916)	10.575
Realização da Avaliação Patrimonial	15	-	-	(390)	390	-
Aumento de Capital		8.677	(8.677)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	4.885	-	-	4.885
Resultado do Período		-	-	-	(58.905)	(58.905)
Saldo em 30 de junho de 2025		1.293.468	5.021	(20.503)	(1.321.431)	(43.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.293.468	24.316	(20.893)	(1.352.752)	(55.861)
Realização da Avaliação Patrimonial	15	-	-	(390)	390	-
Aumento de Capital		24.316	(24.316)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	15.701	-	-	15.701
Resultado do Período		-	-	-	(39.162)	(39.162)
Saldo em 30 de junho de 2026		1.317.784	15.701	(21.283)	(1.391.524)	(79.322)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Período	(39.162)	(58.905)
Ajustes para Reconciliar o Resultado	4.948	12.845
Ajustes de Depreciação/Amortizações	10.861	15.863
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(40)	(44)
Variação Cambial Passiva (Importação)	301	2.139
Variação Cambial Ativa (Importação)	(405)	(214)
Baixa de Bens Imobilizados	679	3.928
Produção de Bens em Estoque	(1.212)	(1.745)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	870	(1.670)
Doações de Bens Móveis	(5.627)	(5.086)
Doações de Mercadorias	(479)	(326)
Variação de Ativos e Passivos	(3.074)	87.379
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(16.659)	6.126
Adiantamentos a Pessoal	(17.472)	(19.199)
Outras Contas a Receber (CP e LP)	(79)	2.796
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(17)	234
Importações em Andamento (Estoque)	872	2.967
Estoques	5.283	4.970
Despesas Pagas Antecipadamente	730	540
Fornecedores	(2.269)	3.783
Outras Obrigações a Pagar	(1.601)	18.555
Obrigações com Pessoal	(13.180)	(8.230)
Obrigações Sociais a Pagar	(6.041)	(3.885)
Obrigações Tributárias a Pagar	(18.469)	(15.810)
Adiantamentos de Clientes	(118)	(284)
Provisão para Férias	(1.810)	(3.001)
Provisão para 13º salário	58.191	53.120
Provisão para Licença Especial	3.076	5.360
Provisão pra Contingências	6.489	39.337
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(37.288)	41.319
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(6.440)	(4.518)
Aquisições de Bens Móveis	(14.445)	(6.390)
Aquisições de Importação em Andamento	(2.101)	(708)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	(22.986)	(11.616)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	(6.995)	(11.015)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.701	4.885
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	8.706	(6.130)
Caixa Adicionado/(Consumido) no Período	(51.568)	23.573
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	276.492	237.037
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	224.924	260.610
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	(51.568)	23.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Valor Adicionado

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Prestação de Serviços	183.672	174.858
Outras Receitas	13.523	13.064
Prov. Créd. Liq. Duvidosa Reversão/(Constituição)	(1.006)	(155)
	196.189	187.767
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	138.521	129.341
Serviços de Terceiros	79.590	93.717
Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.321	2.499
	219.432	225.557
Valor Adicionado Bruto	(23.243)	(37.790)
Despesas com Depreciação/Amortização	(21.723)	(19.102)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(44.966)	(56.892)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	4.840	3.336
Repasse Recebidos (-) Subvenções	966.283	925.689
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	14.596	11.024
Receitas de Aluguéis	5.589	3.299
	991.308	943.348
Valor Adicionado Total a Distribuir	946.342	886.456
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	665.179	648.562
Benefícios	77.437	68.234
FGTS	54.303	49.379
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	185.693	174.980
Estaduais/Municipais	70	50
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	301	2.213
Locação de Imóveis	8	6
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.513	1.937
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultado do Período	(39.162)	(58.905)
Valor Adicionado Distribuído	946.342	886.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o à Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretor-Presidente, Diretor Médico, Diretora Administrativa, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$). As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional de negócios.

As demonstrações foram aprovadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 8 de setembro de 2026.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de 2026. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de junho de 2026. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação e amortização acumuladas. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado, quando incorridos.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Bens Móveis e Máquinas	De 04 anos a 10 anos
Informática	De 02 anos a 05 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software / Direito de Propriedade	De 05 anos a 10 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Instituição revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) Obrigações Tributárias

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214, prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS (federal) e IBS (estadual/municipal), bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos. Em janeiro de 2026 a Lei Complementar nº 227, instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), entidade pública com caráter técnico e operacional sob regime especial. As regras das Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 foram detalhadas pelos regulamentos do IBS e da CBS publicados em 30 de abril de 2026, os quais compartilham diretrizes de apuração e trazem especificidades para cada tributo. A nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos advindos da reforma.

A Instituição constituiu um grupo de estudos multiprofissional para analisar os possíveis impactos da reforma tributária em seus processos, tanto na área de faturamento, quanto de compra de materiais e serviços. A mensuração do impacto da reforma tributária neste momento é complexa, visto que ainda depende de definições regulatórias pendentes sobre a natureza jurídica do hospital e alíquotas aplicáveis aos fornecedores.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado da competência em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias, administrativas e outras) são reconhecidas conforme a NBC TG 25, ou seja, quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, o qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 16.306 (cíveis) e R\$ 86.989 (trabalhistas), totalizando R\$ 103.295.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas, ensino e inovação, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(s) Arrendamentos

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, concluiu-se que todas as características que implicariam um arrendamento operacional representam obrigação dos fornecedores nos contratos formalizados com a Instituição. Assim, os instrumentos de locação de móveis e equipamentos médicos vigentes são reconhecidos fora da classificação de arrendamentos.

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição de não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A esta Coordenadoria compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. Para o exercício de 2026, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 15.346, de 14 de janeiro de 2026.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	12	15
Bancos – Conta Corrente	3.080	1.915
Depósitos Bancários – Poupança	204	435
Limite de Saque – Conta Única do Tesouro Nacional	167.325	188.669
Recursos da Conta Única Aplicados	54.303	85.458
Saldo Contábil	224.924	276.492

A conta bancos – conta corrente – é composta por depósitos recebidos da Secretaria da Saúde no Banrisul. Os recursos são destinados ao projeto do Centro Integrado de Oncologia – CIONCO e ao projeto para Aquisição de Neurotransmissores Cerebrais Profundos.

Já a conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em fundos de curto prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	30/06/2026	31/12/2025
Sistema Único de Saúde (SUS)	72.643	57.558
Convênios Privados	14.436	13.131
Clientes Particulares	9.331	8.390
Pesquisa	1.573	2.650
Fundação Médica do Rio Grande do Sul - PDIs	4.465	4.284
Créditos Diversos	1.249	806
Subtotal	103.697	86.819
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.815)	(9.944)
Valor Líquido a Receber	92.882	76.875

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

Os valores a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, estão amparados em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais (PDIs).

07 Adiantamentos de Pessoal

	30/06/2026	31/12/2025
Décimo Terceiro Salário	36.803	13.485
Férias	7.606	13.459
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	15	7
Saldo Contábil	44.424	26.951

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2026, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em junho relativo à competência de julho de 2026.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

08 Estoques de Materiais de Consumo

	30/06/2026	31/12/2025
Medicamentos	7.074	8.818
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	10.054	10.602
Material de Órtese e Prótese	2.429	3.424
Materiais e Utensílios de Copa e Cozinha	853	819
Rouparia (Uniformes)	1.342	1.555
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	250	330
Material de Expediente, Informática e Gráfico	92	127
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	48	62
Materiais de Engenharia e Ferramentas	4.415	4.413
Saldo Contábil	26.557	30.150

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 30 de junho de 2026 os estoques garantiam 31 dias de utilização.

09 Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	30/06/2026	31/12/2025
Edifícios	1	811.520	(130.759)	680.761	686.606
Terrenos	-	67.406	-	67.406	67.406
Obras Andamento/Estudos e Projetos	-	61.001	-	61.001	55.334
Instalações	10	26.549	(17.636)	8.913	8.823
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	375.170	(238.250)	136.920	127.947
Informática	20 a 50	48.721	(27.927)	20.794	14.723
Veículos Diversos	10 a 20	1.155	(868)	287	115
Subtotal Imobilizado		1.391.522	(415.440)	976.082	960.954
Bens Móveis em Andamento		3.064	-	3.064	860
Saldo Contábil		1.394.586	(415.440)	979.146	961.814

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2026	Aquisições	Transferências	Baixas [2]	Custo 30/06/2026
Edifícios	811.520	-	-	-	811.520
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento [1]	55.334	5.667	-	-	61.001
Instalações	25.776	837	-	(64)	26.549
Bens Móveis e Máquinas	364.236	22.239	-	(11.305)	375.170
Informática	40.472	8.422	-	(173)	48.721
Veículos Diversos	946	209	-	-	1.155
Total Imobilizado	1.365.690	37.374	-	(11.542)	1.391.522

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de estudos e projetos.

[2] A instituição realizou a baixa de 1.658 bens imobilizados considerados irre recuperáveis e/ou antieconômicos, sendo que 86% do valor total refere-se a equipamentos hospitalares de médio e grande porte, os quais foram leiloados.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Software	10 a 20	9.260	(8.074)	1.186	1.340
Direito de Propriedade	10 a 20	52	(3)	49	51
Saldo Contábil		9.312	(8.077)	1.235	1.391

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Intangível

	<u>Custo 01/01/2026</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 30/06/2026</u>
Software	9.260	-	-	9.260
Direito de Propriedade	52	-	-	52
Total Intangível	9.312	-	-	9.312

11 Fornecedores

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	2.141	430
Betron Tecnologia em Segurança Ltda.	991	496
Companhia de Gás do Estado do RS	926	564
Fornari Construções Corporativas Ltda.	926	-
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	828	322
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda.	800	551
Arkad Comércio e Serviço de Climatização Ltda.	684	-
Panmédica Negócios Hospitalares Ltda.	670	-
E. Tamussino e Cia Ltda.	629	395
Trimedcall Comércio de Materiais Médicos	550	423
	9.145	3.181
Demais fornecedores	22.515	30.748
Saldo Contábil	31.660	33.929

Os saldos dos fornecedores estão apresentados em ordem decrescente. O montante de R\$ 22.515 está pulverizado em 589 fornecedores em 30 de junho de 2026.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
PIS sobre Faturamento	44	57
COFINS sobre Faturamento	205	262
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.321	3.689
IRRF sobre Folha de Pagamento	36.109	53.140
Obrigações Tributárias	38.679	57.148
Encargos Previdenciários de Fornecedores	201	147
Encargos Previdenciários de Pessoal	35.822	36.679
FGTS	8.725	13.963
Obrigações Sociais	44.748	50.789
Saldo Contábil	83.427	107.937

Na conta Obrigações Tributárias são registrados as contribuições federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	30/06/2026	31/12/2025
Salários, Remuneração e Benefícios	74.923	89.168
Previdência e Assistência Médica	8.123	7.626
Empréstimos e Financiamentos	6.128	5.764
Outras Despesas de Pessoal	1.519	1.315
Saldo Contábil	90.693	103.873

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de junho de 2026. Em contrapartida, estão depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de julho de 2026.

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

	30/06/2026		31/12/2025
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Contingências (a)	-	860.837	860.837
Férias a Pagar (b)	176.844	-	176.844
Licença Especial (c)	100.379	-	100.379
Décimo Terceiro Salário (d)	58.191	-	58.191
Saldo Contábil	335.414	860.837	1.196.251

(a) Contingências

	30/06/2026		31/12/2025
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Trabalhistas	-	825.888	825.888
Cíveis	-	34.949	34.949
Saldo de Contingências	-	860.837	860.837

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

	Trabalhista	Cível e Administrativa	Total
Saldo Inicial em 01/01/2026	821.280	33.068	854.348
Adições (novos)	802	5.677	6.479
Alterações por andamento	(7.644)	-	(7.644)
Atualização monetária	35.211	2.167	37.378
Baixas por Pagamento	(22.968)	(5.963)	(28.931)
Baixas por Reversão	(793)	-	(793)
Saldo de Contingências	825.888	34.949	860.837

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Houve julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, tendo sido dado parcial provimento ao recurso interposto pelo sindicato. O HCPA interpôs embargos de declaração para fins de prequestionamento, visando à futura interposição de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em 30 de junho de 2026, a ação possui valor corrigido estimado em R\$ 408.989 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

Em 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O processo está em trâmite perante o Tribunal Superior do Trabalho, aguardando julgamento. Em 30 de junho de 2026, a ação possui valor corrigido estimado em R\$ 69.122 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

O contingenciamento das ações que possuem expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA, acarretou na apresentação de um patrimônio líquido negativo da instituição a partir do mês de agosto de 2023, conforme relatado na nota explicativa nº 15.

(b) Férias a Pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Férias		
Saldo Inicial	129.982	120.105
Baixas	(16.107)	(15.274)
Apropriações	14.873	25.151
Total de Férias	128.748	129.982
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	48.673	44.921
Baixas	(6.122)	(5.641)
Apropriações	5.545	9.393
Total de Encargos sobre Férias	48.096	48.673
Saldo de Férias a Pagar	176.844	178.655

(c) Licença Especial

	30/06/2026	31/12/2025
Licença Especial		
Saldo Inicial	70.830	61.053
Baixas	(658)	(559)
Apropriações	2.938	10.336
Total de Licença Especial	73.110	70.830
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	26.473	22.800
Baixas	(243)	(212)
Apropriações	1.039	3.885
Total de Encargos sobre Licença Especial	27.269	26.473
Total de Licença Especial a Pagar	100.379	97.303

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(d) Décimo Terceiro a Pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(4)	-
Apropriações	42.367	-
Total de Décimo Terceiro	42.363	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(1)	-
Apropriações	15.829	-
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro	15.828	-
Total de Décimo Terceiro a Pagar	58.191	-

15 Patrimônio Líquido

A partir da competência de agosto de 2023, a instituição passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo, o que indica que a soma das suas obrigações supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado na nota explicativa nº 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela instituição e que o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores.

Em 30 de junho de 2026, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 79.322.

(a) Capital Social

O Capital Social da instituição pertence integralmente a União, sendo seu valor em 30 junho de 2026 de R\$ 1.317.784 (um bilhão, trezentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais).

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(20.893)	(20.113)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(390)	(780)
Saldo final	(21.283)	(20.893)

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

16 Receita Operacional Líquida

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	139.064	131.008
Convênios	30.604	31.582
Particulares	5.104	6.395
Pesquisa e Ensino	6.895	4.605
Outros Serviços	2.005	1.268
Total de Serviços Prestados	183.672	174.858
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(290)	(285)
COFINS sobre Faturamento	(1.338)	(1.316)
Total das Deduções da Receita Bruta	(1.628)	(1.601)
Receita Líquida Operacional	182.044	173.257

A apresentação do Demonstrativo de Resultado está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente.

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	30/06/2026			30/06/2025		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Salários e Encargos	777.288	118.800	896.088	735.153	112.189	847.342
Benefícios de Pessoal	65.118	12.319	77.437	57.028	11.206	68.234
Consumo de Materiais	134.300	3.009	137.309	122.743	4.853	127.596
Depreciações/Amortizações	13.109	8.614	21.723	10.952	8.150	19.102
Despesas c/ Serviços PF e PJ	57.883	25.259	83.142	56.292	24.059	80.351
Subtotais	1.047.698	168.001	1.215.699	982.168	160.457	1.142.625
Provisões para Contingências	-	6.489	6.489	-	39.337	39.337
Saldo Contábil	1.047.698	174.490	1.222.188	982.168	199.794	1.181.962

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, consumo, depreciação/amortização e serviços.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	30/06/2026	30/06/2025
Assistência Médica	10.873	9.395
Auxílio Transporte	1.873	1.493
Auxílio Creche	487	556
Auxílio Alimentação	42.335	37.121
Previdência Privada	21.869	19.669
Saldo Contábil	77.437	68.234

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

19 Outras Receitas e Despesas

	30/06/2026	30/06/2025
Outras Receitas		
Aluguéis	847	937
Contrato de Prestação de Serviços Financeiros	2.195	1.763
Doações de Estoque e Uso Permanente	913	5.412
Incorporação de Bens por Subvenções Recebidas	5.193	-
Estacionamento	2.547	2.148
Leilões	14	52
Ressarcimentos de Funcionários	1.647	1.454
Restituições de Convênios	2.459	1.642
Reversão de PECLD	240	1.382
Outros Acréscimos	2.086	2.759
(-) Desvinculação de Receita para a União	-	(1.549)
Total de Outras Receitas	18.141	16.000
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(1.898)	(3.347)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(679)	(689)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(2.577)	(4.036)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	15.564	11.964

20 Resultado Financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	4.142	3.998
Juros e Multas Previstos em Contratos	254	279
Variação Cambial e Monetária Ativa	444	258
(-) Desvinculação de Receita para a União	-	(1.199)
Total Receita Financeira	4.840	3.336
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(32)	(119)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(269)	(2.094)
Total Despesa Financeira	(301)	(2.213)
Saldo Contábil	4.539	1.123

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 870.548 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2025 a 01 de agosto de 2026.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de agosto de 2025 a 01 de agosto de 2026. A importância segurada com a empresa AXA Seguros S.A. é de R\$ 13.882.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de junho de 2026

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Responsabilidade Civil Diretores & Officer (D&O):

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil dos Diretores e Conselheiros, com vigência de 09 de setembro de 2025 a 09 de setembro de 2026. A importância segurada com a empresa KOVR Seguradora S.A é de R\$ 10.000.

22 Eventos Subsequentes

De 30 de junho de 2026 até 8 de setembro de 2026, data de aprovação destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Demonstrações
Contábeis Intermediárias.

Referente ao 2º trimestre de 2026.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de informações trimestrais.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme o balanço patrimonial de 30 de junho de 2026, o HCPA apresentou resultado negativo até o segundo trimestre no montante de R\$ 38.162 mil, patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 79.322 mil, bem como ativo circulante menor que o

passivo circulante no valor de R\$ 160.562 mil. Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 15, de que, a partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar patrimônio líquido negativo, o que indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do Governo Federal, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o patrimônio líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros, mensalmente, para quitar obrigações com terceiros e colaboradores. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 11 de setembro de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Eser Helmut Amorim
CRC 1SP 307.736/O – 5
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O
Diretora Responsável Técnica